



CLÁUSULA SEXTA – (Da Documentação para Pagamento)

Para a efetivação do pagamento fica obrigada a apresentação dos seguintes documentos, conforme Anexo I do Decreto nº 6.427 de 27 de junho de 2014:

- I - Requerimento de pagamento emitido pelo prestador do serviço;
- II - Nota fiscal de serviço, fatura, ou recibo de prestação de serviço, informando o período de execução dos serviços;
- III - Termo de contrato e seus aditivos;
- IV - Autorização de Fornecimento – AFO quando couber;
- V - Nota de empenho;
- VI - AUTORIZO do ordenador da despesa pertinente;
- VII - Planilha contendo detalhamento dos serviços executados, apresentando o valor apurado no faturamento apresentado;
- VIII - Relatório do fiscal do contrato quanto a regular prestação dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de contrato (Lei nº 8.666 de 1993 – Art. 67);
- IX - Portaria do fiscal do contrato devidamente publicada;
- X - Folhas de pagamento distintas e o respectivo resumo geral, para cada estabelecimento da empresa contratante ou obra de construção civil, relacionando todos os segurados alocados na prestação de serviços (IN RFB nº 971 de 2009 – Art.134 – inciso I);
- XI - GFIP com as informações relativas aos tomadores de serviços, para cada estabelecimento da empresa contratante ou obra de construção civil, utilizando os códigos de recolhimento próprios da atividade, conforme normas previstas no Manual da GFIP (IN RFB nº 971 de 2009 – Art.134 – inciso II);
- XII - Certidões regulares de FGTS e CND.

CLÁUSULA SÉTIMA – (Obrigações da CONTRATADA)

São obrigações da **CONTRATADA**:

- I. Prestar serviços de manutenção dos equipamentos; gerir todas as atividades ligadas a substituição dos que apresentarem defeitos, inclusive em acessórios e partes móveis, visando manter toda a infraestrutura em funcionamento;
- II. Ser a única responsável por todos os ônus tributários inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual. Entendem-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;



- III. Executar os serviços objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos;
- IV. Credenciar junto à SMSDC o(s) funcionário(s) que atenderá(ão) às requisições dos serviços federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos receberá(ao) as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará(ao) às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual;
- V. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da SMSDC;
- VI. Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização da SMSDC ao serviço em questão;
- VII. Cientificar, imediatamente, a fiscalização da SMSDC qualquer ocorrência anormal ou acidente que verificar no serviço;
- VIII. Corrigir, prontamente, quaisquer erro ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da SMSDC;
- IX. Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização da SMSDC;
- X. Aceitar os acréscimo ou supressões do objeto desta contratação, nos termos do art. 65, §1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- XI. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo.
- XII. **A CONTRATADA** responderá direta e exclusivamente por eventuais danos ou erros, omissões causados pelos contratados ou subcontratados à **Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil** ou a terceiros, quanto ao objetivo do Termo de Referência;
- XIII. **A CONTRATADA** deverá arcar com eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, na execução dos serviços contratados;
- XIV. **A CONTRATADA** deverá manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Processo Administrativo próprio;
- XV. **A CONTRATADA** deverá cumprir todas as legislações pertinentes da Contratação e terão que apresentar em todas as mediações de pagamento, e anexar nos processos administrativos, juntamente com os relatórios de execução, todos os documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista da empresa.

Parágrafo único – **A CONTRATADA** obriga-se a cumprir com as demais cláusulas constantes no Termo de Referência.



CLÁUSULA OITAVA – (Obrigações do MUNICÍPIO)

São Obrigações do Município:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- II. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para providências cabíveis;
- III. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- IV. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- V. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação de serviços, no prazo e condições estabelecidos no edital e seus anexos;
- VI. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
 - c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
 - d) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
- VII. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
 - a) A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como o auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

- b) O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, afim de verificar qualquer irregularidade;
 - c) O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- VIII. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação de serviços no prazo de 30(trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

Parágrafo único – A CONTRATANTE obriga-se a cumprir com as demais cláusulas constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – (Fiscalização)

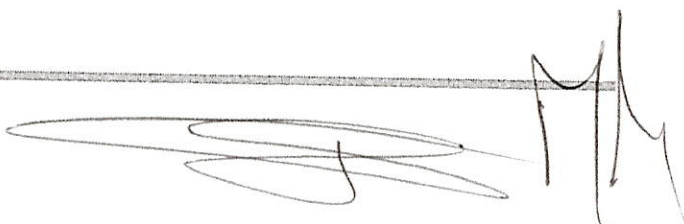
A Fiscalização da execução do Contrato caberá à **Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil** e, notadamente, ao Gerente a ser especificamente designado. Incumbe ao Gerente à prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, nas especificações dos serviços, neste Contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na legislação em vigor, inclusive atesto e planilhas de medição, observados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** declara aceitar os métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela Fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Segundo – A atuação da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às conseqüências e implicações, próximas ou remotas, perante a municipalidade ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implica em co-responsabilidade do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA – (Aceitação do Objeto do Contrato)

A aceitação dos serviços previstos neste contrato se dará mediante a avaliação de dois servidores do **MUNICÍPIO** com matrícula, que constatarão se os mesmos atendem a todas as especificações contidas no Processo.





Parágrafo Primeiro – Na recusa de aceitação, por não atenderem às exigências do **MUNICÍPIO**, a **CONTRATADA** deverá refazer os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do **MUNICÍPIO** a partir da data da efetiva aceitação.

Parágrafo Segundo – O contratado está obrigado a refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou imperfeições resultantes de falhas de execução ou dos materiais empregados.

Parágrafo Terceiro – O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil pela qualidade dos serviços, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRMEIRA – (Força Maior)

Os motivos de força maior que possam impedir a **CONTRATADA** de cumprir o prazo e condições do contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolizado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em greve, ou em ocorrência não comunicada. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

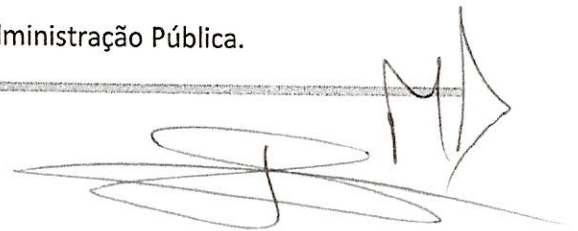
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– (Suspensão da Execução)

É facultado ao **MUNICÍPIO** suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos diante de justificadas razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – (Sanções Administrativas)

Em caso de inexecução contratual, total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, mora na execução, qualquer inadimplemento ou infração contratual, a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa de mora de até 0,5% (cinco decimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15(quinze) dias;
- c) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.





Parágrafo Primeiro – A imposição das penalidades de advertência e de multa são de competência da **Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil**, ouvido o Gerente do Contrato.

Parágrafo Segundo – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do *caput* desta Cláusula podem cumular-se com as das alíneas “b” e “c” e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Terceiro – As multas serão recolhidas ao Tesouro Municipal, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicação no Boletim Oficial do ato que as impuser, do qual a **CONTRATADA** terá conhecimento.

Parágrafo Quarto – Se no prazo previsto no parágrafo anterior não for comprovado o recolhimento da multa, será promovido o seu desconto da parcela retida ou da garantia. Mediante decisão da autoridade contratante. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua revelação por ato do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Quinto – As multas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade pelas perdas ou danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sexto – A declaração da suspensão ou de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública somente será aplicada após a ciência da **CONTRATADA** e depois de desprovido recurso cabível ou precluso o prazo para oferecê-lo. O prazo da suspensão será fixado segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, e o interesse do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Sétimo – As sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do *caput* desta Cláusula são da competência do Prefeito. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar considerará a natureza e a gravidade da falta cometida, as faltas e penalidades anteriores e os casos de reincidência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – (Rescisão Administrativa)

A declaração de rescisão deste Contrato, em todos os casos em que ela é admissível, operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Boletim Oficial, aplicáveis à espécie os artigos 77 e seguintes da nº 8.666/93.

Parágrafo Único – Na hipótese de ser decretada a rescisão administrativa, por culpa da **CONTRATADA**, além das demais sanções cabíveis, ficará ele sujeito à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – (Recursos)

Contra as decisões de que resultarem sanções administrativas a **CONTRATADA** poderá:



- a) recorrer à própria **Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil**;
- b) 1 – do ato que aplicar a pena de advertência, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência da decisão;
2 – do ato que impuser as multas previstas nas alíneas “b” e “c” da Cláusula Décima Quarta, no prazo de 10 (dez) dias da ciência da decisão e mediante prévio depósito do seu valor, em moeda corrente;
- c) recorrer, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à autoridade superior da decisão proferida nos recursos apresentados nos termos da alínea “a”, e do ato que declarar a rescisão do Contrato pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- d) pedir reconsideração da decisão que declarar a suspensão do direito ou a inidoneidade da **CONTRATADA** para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação da decisão.

Parágrafo Único – Os recursos e pedidos de reconsideração não têm efeito suspensivo, exceto se este lhe for atribuído pela autoridade competente para conhecê-lo em última instância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – (Recurso ao Judiciário)

Serão cobrados em processo os valores correspondentes às importâncias decorrentes de quaisquer sanções impostas à **CONTRATADA**, bem como os das perdas e danos e dos prejuízos sofridos pela Municipalidade em decorrência da má execução ou da inexecução do Contrato. Nesse caso a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, das custas judiciais e dos honorários de advogados, fixados desde logo em 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – (Foro)

A **CONTRATADA** obriga-se por si e por seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente Contrato, e elege para foro deste Termo o do Município de Duque de Caxias, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – (Publicação)

O **MUNICÍPIO** obriga-se a promover a publicação em extrato, conforme art. 61, parágrafo único da Lei 8666 de 1993, no Boletim Oficial, dentro do Prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



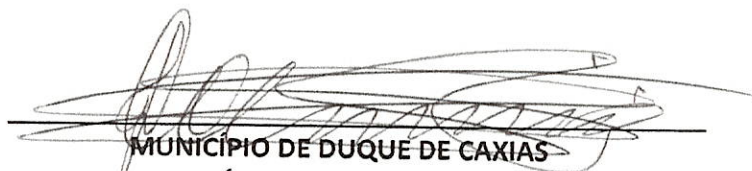
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – (Fiscalização Financeira e Orçamentária)

O **MUNICÍPIO** providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no prazo de 10 (dez) dias, contados de sua publicação, sendo mantidas pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil e pela Procuradoria Geral do Município, cópias do Termo à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – (Assinaturas)

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam este instrumento por seus representantes em 06 (seis) vias de igual teor e forma estando cientes que eventual divergência entre o presente Contrato e o Termo de Referência acostado no processo administrativo respectivo, este último prevalecerá sobre aquele.

Duque de Caxias, 05 de junho de 2019.



MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde e Defesa Civil



TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA
MARCELO ALVES PEREIRA
Representante Legal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Contratação de empresa de Engenharia Clínica, devidamente registrada no CREA, conforme resolução do **CONFEA 336-89 Art. 15**, para prestação de serviços para gerenciamento do parque tecnológico à rede municipal de estabelecimento assistenciais de saúde do município de Duque de Caxias- RJ.

2. JUSTIFICATIVA:

Com o aumento do uso da tecnologia no ambiente hospitalar, sendo muitos equipamentos médicos e de apoio complexos, com muita eletrônica, surge a demanda de profissionais especializados para cuidar destes equipamentos. Profissionais e gestores de hospitais, devido ao impacto nos custos hospitalares, aos riscos à segurança de usuários, quer paciente ou equipe de saúde, e a especificidade dos serviços surge a engenharia focada no ambiente hospitalar, que passa a ocupar este espaço, se tornando hoje em dia de necessidade indispensável em ambientes hospitalares. A contratação de uma empresa de engenharia clínica busca cumprir o papel de gerenciamento do parque tecnológico, assumindo entre outras competências o controle de inventário de equipamentos medico-hospitalares, as manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos, calibração, assessoramento para aquisição e descarte de equipamentos, cronogramas de manutenções, treinamento de usuários, acompanhamento de serviços terceirizados e o assessoramento na infraestrutura hospitalar relacionada à instalação de equipamentos médicos e assessorias em processos de acreditação hospitalar.

Atendimento a RDC nº 02, de 25 de Janeiro de 2010 (Gerenciamento de Tecnologias em Saúde), da ANVISA - Agência Nacional de vigilância Sanitária.
Atendimento a Resolução RDC nº 63 de 25 de Novembro de 2011, da ANVISA, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para serviços de saúde.
Atendimento a RDC 50 da ANVISA, datada de 21 de Fevereiro de 2002, acerca das instruções técnicas para planejamento, programação elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, tudo isso com a finalidade de garantir segurança nas instalações dos equipamentos e consequentemente aos operadores e paciente.

Atendimento as portarias do IPEM/INMETRO (portarias nº 088 de 08/07/87 e nº 153/2005), referente a balanças e esfigmomanômetros.
E, por último, o fato de não existir, nos quadros de funcionários da Prefeitura de Duque de Caxias, profissionais especializados que possam realizar este serviços.

3. DETALHAMENTO DO PROJETO

3.1 O presente projeto tem como objetivo o atendimento das unidades relacionadas no anexo I deste Termo de Referência.



Processo Nº: 1462/24
Rubrica: 35 8364/17
360
l

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

3.2 O quadro resumo dos equipamentos médicos e quantidade na rede encontra-se no anexo II deste Termo de Referência.

3.3 AUMENTO DO NÚMERO DE EQUIPAMENTOS

Fica estabelecida pelas partes, que qualquer adesão de equipamentos médico hospitalar da contratante, que não estão no anexo I, II será inserida neste contrato automaticamente conforme Lei 8666/93 SEÇÃO III

Da Alteração dos Contratos

Art. 65 - Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas nos seguintes casos:

§1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

3.4 GERENCIAMENTO DO PARQUE DE EQUIPAMENTOS MEDICOS

Deverá ser realizado gerenciamento de todos o parque de equipamento médico, conforme quadro anteriormente citado, englobando as unidades de saúde relacionadas. O gerenciamento deverá estar de acordo com a RDC de nº 02 de 25 de Janeiro de 2010 (gerenciamento de tecnologia em saúde), da ANVISA. Como diversos equipamentos da área de saúde, sobretudo os equipamentos de imagem e diagnóstico, bem como de suporte a vida são considerados de alta complexidade, e, via de regra, demandam contratos com os próprios fabricantes, a contratada, nestes casos, será responsável pelo primeiro atendimento e pelo acionamento e acompanhamento dos serviços realizados por esta empresa.

Caso a contratada verifique a necessidade de realização de contratos de manutenção preventiva ou corretiva com representantes e/ou fabricantes, esta deverá apresentar as justificativas técnicas a fim de ser aprovada a contratação dos serviços. Nestes casos, a contratada deverá assessorar a contratante na elaboração de contrato mais vantajoso para contratante, através de uma análise histórica de ocorrências e despesas, visando o levantamento da melhor relação custo benefício.

3.4.1 INVENTÁRIO E CADASTRAMENTO

A contratada terá um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da data de assinatura do contrato para inventariar todo o parque de equipamentos médico-hospitalares desta unidade relacionadas, devendo ser registrados, no mínimo, os seguintes dados:

- Unidades
- Setor
- Equipamento



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

Processo Nº:	1462 124	71364/17
Rubrica	8	Fls: 36

361
468W

- Marca
- Numero de Serie
- Patrimônio
- Acessórios
- Situação funcional do equipamento

Cada equipamento deverá receber uma identificação própria e única que o identifique. Deverá ser fixado uma etiqueta contendo a sigla da unidade e o código de cadastramento em cada um dos equipamentos, de forma a identificar os mesmo. Tal etiqueta deverá ser de material adesivo, resistente a limpeza e de fácil visualização. O código deverá ser utilizado para identificação e abertura das ordens de serviço.

Após a conclusão do inventario, a contratada deverá cadastrar todo parque inventariado, de todas as unidades relacionadas, em sistema informatizado de gestão tecnológica que deverá ser responsável pelo controle de todas as ocorrências relacionadas ao parque gerenciado.

3.4.2 SISTEMA INFORMATIZADO

O sistema informatizado deverá ser disponibilizado pela contratada e deixado a disposição da contratante que durar o contrato. As características mínimas do sistema são:

- Desenvolvido em plataforma web, de forma a estar disponível para qualquer usuário cadastrado a partir da Internet;
- Gerenciar a abertura e acompanhamento de ordens de serviço;
- Possuir modulo de controle de estoque;
- Gerar relatórios e gráficos de acompanhamento;
- Gerar indicadores de desempenho;
- Avaliação da Qualidade de serviços prestados em cada OS;
- Realizar backup automático.

3.4.3 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

A contratada deverá apresentar, em um prazo de 60 dias (sessenta dias), contados a partir da assinatura do contrato, um cronograma anual para as manutenções preventivas, todas as ordens de serviços preventivas deverão ser acompanhadas dos respectivos *check-lists*, detalhando todos os pontos a serem verificados. ✓

3.4.4 MANUTENÇÃO CORRETIVA

As manutenções corretivas serão realizadas por equipes técnicas qualificadas e serão realizadas quantas forem necessárias. Independente de haver contratos com fabricantes e o representante, a critério da contratante, todo o atendimento inicial será realizado pelos técnicos da contratada e, caso seja necessário, a mesma se responsabilizará pelo acionamento de tais prestadores de serviço. Tais serviços deverão ser acompanhados por profissionais da contratada, até a solução definitiva do problema. O atendimento dos chamados de corretiva deverá ser realizado de segunda a sexta, em

[Handwritten signatures]



Processo Nº:	14.62.24	1364/17
Rubrica:	0	469 m
Fls:	37	

262
1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

horário comercial, exceto feriados. Nos finais de semana, feriados e após o horário comercial, a contratada deverá disponibilizar profissionais de sobreaviso, de forma a realizar os atendimentos emergenciais necessários.

A Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias providenciará espaço físico adequado para a realização dos serviços, que deverão ser executados dentro das dependências da SMS de Duque de Caxias.

3.4.5 CALIBRAÇÃO

A contratada deverá realizar a calibração, com emissão de certificados rastreáveis ao INMETRO, dos seguintes equipamentos:

- Balanças;
- Esfigmomanômetro;
- Bisturis Elétricos;
- Cardioversores/Desfibriladores;
- Geladeiras;
- Centrífugas
- Respiradores Pulmonares
- Carrinho de Anestesia
- Monitores Multiparâmetros
- +Outros itens a critério para solicitação do Gestor do Contrato

A calibração deverá ser coordenada e realizada por profissional qualificado, e deverá seguir os procedimentos recomendados pela Norma NBR ISO IEC 17.025-REQUERIMENTOS GERAIS PARA LABORATÓRIOS DE ENSAIO E CALIBRAÇÃO, bem como os cálculos de incerteza de medição, deverão ser realizados com base no ISO GUM - GUIA PARA EXPRESSÃO DA INCERTEZA DE MEDIÇÃO.

No prazo de 30 a 40 dias a empresa contratada deverá apresentar certificado de calibração dentro da validade, em laboratórios pertencentes à RBC-REDE BRASILEIRA DE CALIBRAÇÃO. Como a calibração englobará os esfigmomanômetros e balanças, a contratada deverá, também, ser credenciada ao IPEM - Institutos de Pesos e Medidas, conforme legislação em vigor.

3.4.5.1 QUALIFICAÇÃO DE BANCO DE SANGUE

A contratada deverá realizar qualificação de instalação, qualificação operacional e qualificação de desempenho de geladeiras, de conservação de sangue pertencentes ao Banco de Sangue/Agência transfusional, de acordo com a RDC 57/2010/ANVISA/MS.

3.4.6 PEÇAS, INSUMOS E SERVIÇOS

As peças, acessórios, insumos e serviços necessários à conclusão das intervenções oriundas das ordens de serviço de caráter preventivas e corretivas ficarão por conta da contratada, limitando-se em até o valor mensal de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).



Processo Nº: 1462/24 1364/17
Rubrica: 6 Fls: 38 567 40 wj
2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

3.4.7 INDICADORES DE DESEMPENHO

TMA - Tempo Médio de Atendimento: é o tempo medido no momento do chamado de manutenção corretiva até a chegada de um profissional da contratada no local.

TMR - Tempo Médio de Reparo: é o tempo medido do momento do chamado até o fechamento da ordem de serviço com a devida solução para o chamado.

ISC - Índice de Satisfação do Cliente: é uma nota atribuída pelo setor solicitante, ao serviço entregue. Esta nota deverá ser registrada em cada ordem de serviço. Deverá haver 5 opções de nota: 1-Excelente; 2-Muito bom; 3-Bom; 4-Regular; 5-Ruim.

IMSC - Índice Médio de Satisfação do Cliente: é a média dos índices de satisfação do cliente ao longo do mês.

PMC - Percentual de Manutenção Corretiva: é o percentual das ordens de serviços corretivas fechadas no mês em relação ao total de ordens de serviços corretivas abertas do mês.

PMP - Percentual de Manutenção Preventiva: é o percentual das ordens de serviço preventivas fechadas no mês em relação ao total de ordens de serviços preventivas abertas do mês.

PRI - Percentual de Resolutividade Interna: é o percentual do total de ordens de serviços corretivas fechadas no mês que foram fechadas pela contratada.

PDE - Percentual de Disponibilidade de Equipamentos: é o percentual do total de equipamentos cadastrados que se encontram disponíveis para uso ou em uso.

3.4.8 METAS DE DESEMPENHO

A fim de se medir os serviços realizados e mensurar o desempenho dos serviços prestados, ficam estipuladas as seguintes metas de desempenho, que deverão ser alcançadas pela contratada. Pelo fato de a contratada, no início do contrato, dever inventariar o parque, implementar sistema informatizado e o próprio serviço, as metas só deverão ser atingidas a partir de 90 dias (noventa) do início do contrato.

TMA - Tempo Médio de Atendimento: Inferior a 12 horas;

TMR - Tempo Médio de Reparo: Inferior a 10 horas;

IMSC - Índice Médio de Satisfação do Cliente: Avaliação Regular ou Ruim inferior a 10%;

PMC - Percentual de Manutenção Corretiva: Superior a 70%;

PMP - Percentual de Manutenção Preventiva: 100%;

PRI - Percentual de Resolutividade Interna: Superior a 65%;

PDE - Percentual de Disponibilidade de Equipamentos: Superior a 65%;

3.4.9 RELATORIO MENSAL

Mensalmente, até o final da segunda semana de cada mês, a contratada deverá apresentar o relatório gerencial referente ao mês anterior. Este relatório deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Total de equipamentos Gerenciados;
- Total de Ordens de Serviço abertas e fechadas no mês por tipo;
- Total de Ordens de Serviço pendentes com seus respectivos motivos;
- Tempo Médio de Atendimentos;

[Handwritten signatures]



Processo Nº:	1462	24
Rubrica:	9	Fls: 39

304 471 wj
9

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

- Tempo Médio de Retorno;
- Percentual de Conclusão de Manutenção Preventiva;
- Percentual de Conclusão de Manutenção Corretiva;
- Avaliação de Qualidade das Ordens de Serviços;
- Principais Ocorrências no Período;
- Gráficos de Desempenho;

3.4.10 DESLOCAMENTO

A contratada será responsável pelo deslocamento de sua equipe de profissionais e dos equipamentos gerenciados, de forma a atender todas as exigências do contrato. Desta forma, a mesma deverá prever a utilização de veículos, tantos quantos forem necessários, visando o atendimento as exigências do contrato, sobretudo as metas de desempenho. A contratada fica isenta de transportar apenas os equipamentos ancorados, ou seja, equipamentos que não sejam portáteis como, por exemplo: mesas cirúrgicas, Focos cirúrgicos de teto, autoclaves, Raio-X fixo e portátil, tomógrafo, Ressonância e outros.

3.5 ASSESSORIAS

A contratada deverá disponibilizar a contratante a prestação de assessorias técnicas relacionadas a utilização dos equipamentos medico-hospitalares, bem como aos ambientes nos quais os mesmos estão inseridos ou instalados. Neste caso, deverão ser incluídas as consultorias abaixo relacionadas:

- Aquisição de equipamentos médicos;
- Administração da aquisição de peças, acessórios, insumos e serviços necessários à conclusão das intervenções oriundas das ordens de serviço de caráter preventivas e corretivas que ficarão por conta da contratada, limitando-se em até o valor mensal de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- Desenvolvimento de treinamentos relacionados a utilização dos equipamentos;
- Avaliação de projetos arquitetônicos relacionados aos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde destinados a construção, reforma, adaptações, ampliações e adequações de ambientes para instalação de equipamentos;
- Avaliação de estruturas físicas e sanitárias;
- Redes de gases medicinais;
- Processos de acreditação hospitalar;
- Análise de sistemas;
- Controle de risco biológico;

3.6 EQUIPE TÉCNICA

A contratada deverá dimensionar a sua equipe para atender as exigências do edital, devendo manter disponível a equipe mínima de 01 engenheiro, 06 técnicos especializados em equipamentos médicos, 01 coordenador, 01 auxiliar administrativo. ✓



Processo Nº: 1462/24 1364/17
Rubrica: 40 472 v
256
L

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

3.7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA

- 1 - A empresa deverá estar devidamente registrada no CREA, estando habilitadas nas áreas de elétrica, mecânica;
- 2 - A empresa deverá possuir em seus quadros de profissionais devidamente contratados como responsáveis técnicos junto ao CREA, no mínimo 01 engenheiro eletricista eletrônico, 01 engenheiro biomédico ou engenheiro com especialização em Engenharia Clínica, 01 Profissional Técnico com curso em NBR 17025 para calibração dos equipamentos.
- 3 - A comprovação do vínculo dos profissionais acima relacionados com a empresa será feita mediante a apresentação do Contrato Social, no caso de sócio, contrato de trabalho ou ficha registro de funcionário;
- 4 - A empresa deverá apresentar DECLARAÇÃO conforme modelo junto ao anexo III informando que tem pleno conhecimento do objeto do Termo de Referência em epígrafe, expressando ciência de que não poderá alegar desconhecimento de circunstâncias que influenciem na execução do contrato, com reflexos nos respectivos custos e preços;
- 5 - Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por Organização de Direito Público ou Privado, que comprove que a empresa realizou serviço de Engenharia Clínica.

A equipe que analisará o processo licitatório poderá realizar diligências para apurar a veracidade dos dados informados na documentação apresentada pelas licitantes. Não poderá participar do processo licitatório, empresas representantes de equipamentos médico-hospitalares, bem como seus sócios e responsáveis técnicos, visando oferecer isenção em pareceres, em processos de aquisição de equipamentos médico-hospitalares.

4 PRAZO DO CONTRATO

O prazo de vigência inicial do referido contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado até sua integralidade de 60 (sessenta) meses.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 5.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do

af

[Assinatura]

[Assinatura]



Processo Nº:	1402/24
Rubrica	8
Fls:	41

51364/11
366
473
l

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

5.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

5.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

5.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

5.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

5.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

5.7 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

5.7.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

5.7.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

5.7.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

5.8. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Prestar os serviços de manutenção dos equipamentos; gerir todas as atividades ligadas à substituição dos que apresentarem defeitos, inclusive em acessórios e partes móveis, visando manter toda a infraestrutura em funcionamento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

Processo Nº: 1462/24
Rubrica: 42

51364/17
474w

36x
l

6.2. Ser a única responsável por todos os ônus tributários inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entende-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;

6.3. Executar os serviços objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos;

6.4. Credenciar junto à SMSDC o(s) funcionário(s) que atenderá(ão) às requisições dos serviços federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos receberá(ão) as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará(ão) às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual;

6.5. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da SMSDC;

6.6. Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização da SMSDC ao serviço em questão;

6.7. Cientificar, imediatamente, a fiscalização da SMSDC qualquer ocorrência anormal ou acidente que verificar no serviço;

6.8. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da SMSDC;

6.9. Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização da SMSDC;

6.10. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto desta contratação, nos termos do art. 65, §§1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.11. As obrigações e responsabilidades da contratada serão suspensas se a prestação dos serviços for obstada por motivo de greve, sabotagem, rebelião, comprovadamente, imprevisíveis e alheios ao controle da mesma, devendo nesses casos o evento motivador da paralisação dos serviços serão comunicados, formalmente, à SMSDC, em até 24h (vinte e quatro horas) de sua ocorrência.

6.12 Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

7 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a contratada que:

7.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;



Processo Nº:	1462	24
Rubrica:	-8	Fls: 43

51364/12
368 475
8

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

- 7.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.1.3 Fraudar na execução do contrato;
- 7.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
- 7.1.5 Cometer fraude fiscal;
- 7.1.6 Não manter a proposta;
- 7.2 A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 7.2.1 Advertências por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante;
- 7.2.2 Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 7.2.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 7.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 7.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 7.2.6 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento, no SICAF pelo prazo de até 5 anos;
- 7.2.7 Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 7.3 Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666 de 1993, a Contratada que:
- 7.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 7.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticado;



Processo Nº: 1462/24
Rubrica: 0 Fls: 44
1364/07
476 m
369
l

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

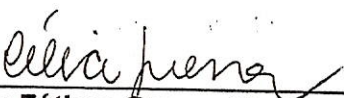
7.4 A Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784 de 1999.

7.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8 DO PAGAMENTO

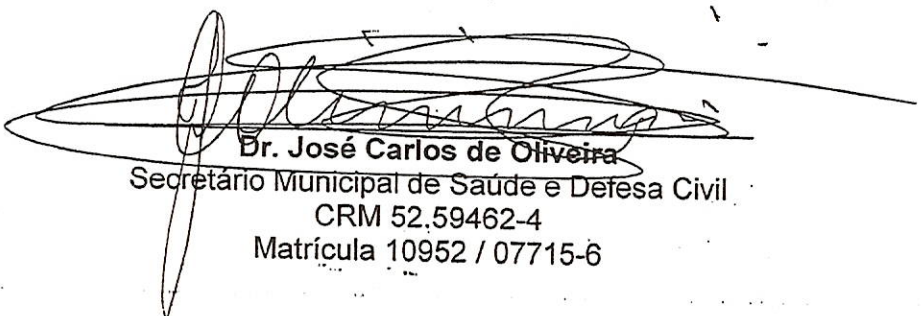
8.1 A forma, o prazo e demais características inerentes ao pagamento das obrigações advindas do presente instrumento obedecerão o dispositivo junto ao Decreto Municipal nº 6427/2014 e suas eventuais alterações.

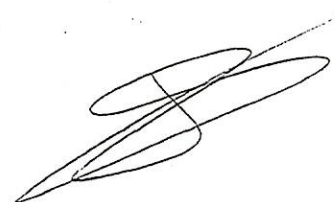
Duque de Caxias, 05 de janeiro de 2019.


Célia de Fátima Guerra Marques de Almeida
Diretora do Departamento de Atenção à Saúde
Matrícula 06.148-2

Duque de Caxias, 05 de janeiro de 2019

APROVO o Termo de Referência, bem como todas as condições nele dispostas e **AUTORIZO** a aquisição do material descrito, conforme Art. 8º inciso II do 5450/2005 e Art. 6º, do Decreto Municipal nº 6776/2017, respectivamente.


Dr. José Carlos de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil
CRM 52.59462-4
Matrícula 10952 / 07715-6





PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde
Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência
Superintendência de Hospitais Gerais e Especializados
Hospital Municipal Jesus
Rua Oito de Dezembro 717 – Vila Isabel CEP 20.550-200
Tel.: 2234-9452
hmjesus@rio.rj.gov.br

Processo Nº: 1462/24
Rubrica: 4 Fls: 25

MEMORANDO S/SUBHUE/HMJ/CGA/DIL s/n.º

Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 2024.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, estabelecida na Rua Joaquim Méier nº 800 Lins de Vasconcelos, CEP 20.710-125 - Rio de Janeiro-RJ, CNPJ 24.727.332/0001-30. Registro no CREA/RJ nº 2021200538 vem prestando serviços de maneira satisfatória referente a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO RAMO DE ENGENHARIA CLÍNICA COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, MONTAGEM E DESMONTAGEM COM UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA PELOS ÓRGÃOS REGULADORES E FISCALIZADORES COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS DE REPOSIÇÃO** em Equipamentos Médicos Hospitalares de Média e Alta Complexidade Instalados em Setores do HOSPITAL MUNICIPAL JESUS-PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO-RJ. Situado à Oito de dezembro, nº. 717 Vila Isabel – Rio de Janeiro RJ.

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL JESUS
CNPJ: 29.468.055/0001-02

EQUIPE: 01 (UM) ENGENHEIRO.
02 (DOIS) TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS.
01 (UM) AUX. ADMINISTRATIVO.

PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: ANO 2023 (JUNHO À DEZEMBRO).
VALOR R\$ 82.500,00
ENGENHEIRO LUCIANO RODRIGUES ASSUNÇÃO N. REG. 2010152236
ENGENHEIRO LEONARDO DE MATTOS AMBROSINI N. REG. 2008143524

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTO

APARELHO DE RAIOS X TRANSPORTÁVEL DE 100MA MARCA INTECAL CR 7 208
APARELHO DE RAIOS DIGITAL MARCA VMI TRANSPORTAVEL 194/195/
MONITOR CARDÍACO DIXITAL OFICIO S/SUBHUE/HMJ 102/10/23
APARELHO DE ANESTESIA DE MARCA DRAGER MOD PRIMUS. MEMO 37/2023.
GARROTE PNEUMÁTICO MARCA GE 208
APARELHO DE VÍDEO ENDOSCOPIA OLYMPUS. 195
FONTE DE ENDOSCOPIA MARCA OLYMPUS MOD CV150 207
PROCESSADORA DE VÍDEO ENDOSCOPIA. 207
BISTURI ELÉTRICO MARCA WEM MOD SS501 208
CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS COM EQUIPO COMPLETO GNATUS 194/195
MICROSCOPIO CIRÚRGICO MARCA DF-VASCONCELLOS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Manutenção Preventiva e corretiva, de acordo com as necessidades apresentadas

INFORMED



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde
Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência
Superintendência de Hospitais Gerais e Especializados
Hospital Municipal Jesus
Rua Oito de Dezembro 717 – Vila Isabel CEP 20.550-200
Tel.: 2234-9452
hmjesus@rio.rj.gov.br

Processo Nº:	1462/24
Rubrica:	Fls: 46

pelo hospital e recomendação técnica do fabricante, observando checklist de funcionamento dos equipamentos, bem como a necessidade de substituição das peças quando necessários, sendo consertados no local quando possível ou sendo retirados para nosso laboratório para reparação, conserto e calibrações que se façam necessário.

29.468.055/0008-89
HOSPITAL MUNICIPAL JESUS
Rua Oito de Dezembro, 717
Vila Isabel - CEP: 20550-200
Rio de Janeiro - RJ



Comissão de Pregão 2 Prefeitura de Nova Friburgo <pregao2.novafriburgo@gmail.com>

Diligência - Pregão Eletrônico nº 242/202

Luciana Allegretti <lucianaallegretti.hmj@gmail.com>
Para: pregao2.novafriburgo@gmail.com

2 de fevereiro de 2024 às 20:11

Prezado,

Em atendimento ao solicitado, informamos que a empresa BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, prestou serviços de manutenção de equipamentos médico hospitalares no Hospital Municipal Jesus, através de Dispensa de Licitação - Lei 8.666/93 art. 24II (NE 495/23) e do Sistema Descentralizado de Pagamento (cheque nº 854.814). Segue em anexo cópia da nota de empenho emitida.

Atenciosamente,



Rio
PREFEITURA

Luciana dos S. Allegretti
Diretora de Infraestrutura e Logística

Secretaria Municipal de Saúde - Hospital Municipal Jesus
+55 (21) 2254-0272 Ramal: 229

prefeitura.rio    

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Empenho H.M.J..pdf
533K



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
NOTA DE EMPENHO Nº 2023/000495

PROCESSO Nº
0959/000142/2023
DATA FL

RUBRICA

ESPÉCIE DE EMPENHO Global	DATA PUBLICAÇÃO 27/06/2023	PROGRAMA DE TRABALHO 18.67.10.302.0306 2009	NAT. DESPESA 33.90.39 04	F.R. 1 600.1 81	D.V. 0
ÓRGÃO MUNICIPAL Hospital Municipal Jesus			CNPJ 042.498.733/0001-48		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Hospital Municipal Jesus					
NOME DO FAVORECIDO BRASILETEC COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA			CNPJ/CPF/MATRÍCULA 024.727.332/0001-30		
ENDEREÇO RUA GLORIA MARIA, 80 VILA SANTA CRUZ		INSCR. ESTADUAL 12.033.974		INSCR. MUNICIPAL	
CIDADE DUQUE DE CAXIAS	U.F. RJ	CEP 25.240-290	BANCO 33	AGÊNCIA 0226	CONTA CORRENTE 130064435
TIPO DE LICITAÇÃO DISPENSA- CONFORME LEI 8666 ARTIGO 24 INCISO II					
VALOR DESTA EMPENHO R\$ 16.990,00 DEZESSEIS MIL E NOVECENTOS E NOVENTA REAIS					

OBSERVAÇÕES:
SERVIÇO DE MONITORES E MICROSCOPIO - NAD 449

Rio de Janeiro, 26 de Junho de 2023.

CONFERE

Rosilene Sales S. de Sousa
Chefe II - Setor de Compras
Mat.: 12/237.959-2
S/SUBSECRETARIA

VISTO

Luciana S. Allegretti
Diretora de Estrutura e Logística
S/SUBSECRETARIA
Mat.: 11/237.944-5

2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e FERANT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002
4 RAZÃO: PREGÃO
5 VALOR: R\$ 38.019,71 (Trinta e seis mil e noventa reais e setenta e um centavos)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 22/06/2023

(*) Processo nº: 09/69/000.135/2023 - NAD nº. 437
1 OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E BIOLÓGICO
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e NOVA LINHA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI.
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8666 DE 21/06/1993
4 RAZÃO: DISPENSA
5 VALOR: R\$ 1.057,15 (Um mil seiscientos e cinquenta e sete reais e quinze centavos)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 22/06/2023

(*) Processo nº: 09/69/000.122/2023 - NAD nº. 438
1 OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e DBV COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DO BRASIL LTDA.
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002
4 RAZÃO: PREGÃO
5 VALOR: R\$ 1.412,00 (Um mil quatrocentos e doze reais)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 22/06/2023

(*) Processo nº: 09/69/000.122/2023 - NAD nº. 439
1 OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e SICAFLA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002
4 RAZÃO: PREGÃO
5 VALOR: R\$ 448,40 (Quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 22/06/2023

**SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
HOSPITAL MUNICIPAL JESUS
DESPACHOS DA COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
EXPEDIENTE DE 09/10/2023**

(*) Processo nº: 09/69/000.363/2022 - NAD nº. 443
1 OBJETO: DROGAS E MEDICAMENTOS
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e LABORATÓRIO B BRAUN SA
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002
4 RAZÃO: PREGÃO
5 VALOR: R\$ 51.912,00 (Cinquenta e um mil novecentos e doze reais)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 26/06/2023

(*) Processo nº: 09/69/000.135/2023 - NAD nº. 445
1 OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e ESSENCIAL RIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8666 DE 21/06/1993
4 RAZÃO: DISPENSA
5 VALOR: R\$ 338,00 (Trezentos e trinta e oito reais)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 26/06/2023

**SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
HOSPITAL MUNICIPAL JESUS
DESPACHOS DA COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
EXPEDIENTE DE 09/10/2023**

(*) Processo nº: 09/69/000.135/2023 - NAD nº. 447
1 OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e ESSENCIAL RIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8666 DE 21/06/1993
4 RAZÃO: DISPENSA
5 VALOR: R\$ 741,28 (Setecentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 27/06/2023

(*) Processo nº: 09/69/000.135/2023 - NAD nº. 448
1 OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e FLEXMED 2 COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8666 DE 21/06/1993
4 RAZÃO: DISPENSA
5 VALOR: R\$ 275,20 (Duzentos e setenta e cinco reais e vinte centavos)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 27/06/2023

(*) Processo nº: 09/69/000.142/2023 - NAD nº. 449
1 OBJETO: SERVIÇOS DE REPARO, ADAPTAÇÃO, CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PESSOA JURÍDICA
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e BRASILTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8666 DE 21/06/1993
4 RAZÃO: DISPENSA
5 VALOR: R\$ 16.990,00 (Dezesseis mil novecentos e noventa reais)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 27/06/2023

(*) Processo nº: 09/69/000.137/2023 - NAD nº. 450
1 OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e 4 MÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8666 DE 21/06/1993
4 RAZÃO: DISPENSA
5 VALOR: R\$ 2.600,70 (Dois mil seiscientos e nove reais e setenta centavos)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 27/06/2023

(*) Processo nº: 09/69/000.135/2023 - NAD nº. 451
1 OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e DBV COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DO BRASIL LTDA.
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8666 DE 21/06/1993
4 RAZÃO: DISPENSA
5 VALOR: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 27/06/2023

(*) Processo nº: 09/69/000.0380/2022 - NAD nº. 452
1 OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2 PARTES: K.S. EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002
4 RAZÃO: PREGÃO
5 VALOR: R\$ 143,00 (Cento e quarenta e três reais)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 27/06/2023

(*) Processo nº: 09/69/000.113/2023 - NAD nº. 453
1 OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e MARCK SERVIÇOS E DIST. DE EQUIP. DE SEGURANÇA E PROD. PARA SAÚDE LTDA.
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002
4 RAZÃO: PREGÃO
5 VALOR: R\$ 38.336,72 (Trinta e seis mil trezentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 27/06/2023

(*) Processo nº: 09/69/000.136/2023 - NAD nº. 454
1 OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e ESSENCIAL RIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8666 DE 21/06/1993
4 RAZÃO: DISPENSA
5 VALOR: R\$ 2.045,00 (Dois mil e quarenta e cinco reais)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 27/06/2023

(*) Processo nº: 09/69/000.147/2023 - NAD nº. 455
1 OBJETO: MATERIAIS PARA USO ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e V H M PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA.
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8666 DE 21/06/1993
4 RAZÃO: DISPENSA
5 VALOR: R\$ 255,00 (Duzentos e cinquenta e cinco reais)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 27/06/2023

**SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
HOSPITAL MUNICIPAL JESUS
DESPACHOS DA COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
EXPEDIENTE DE 09/10/2023**

(*) Processo nº: 09/69/000.147/2023 - NAD nº. 456
1 OBJETO: MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e ALNETTO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8666 DE 21/06/1993
4 RAZÃO: DISPENSA
5 VALOR: R\$ 2.825,00 (Dois mil oitocentos e vinte e cinco reais)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 04/07/2023

(*) Processo nº: 09/69/000.147/2023 - NAD nº. 457
1 OBJETO: MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e NOVA LINHA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8666 DE 21/06/1993
4 RAZÃO: DISPENSA
5 VALOR: R\$ 2.082,00 (Dois mil e cinquenta e dois reais)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 04/07/2023

(*) Processo nº: 09/69/000.147/2023 - NAD nº. 458
1 OBJETO: MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE
2 PARTES: Hospital Municipal Jesus e CASTRO E CASTRO COMÉRCIO E INDÚSTRIA E IMPORTAÇÃO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E AVIAMENTOS LTDA.
3 FUNDAMENTOS: ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8666 DE 21/06/1993
4 RAZÃO: DISPENSA
5 VALOR: R\$ 305,74 (Trezentos e cinco reais e setenta e quatro centavos)
6 AUTORIZADO POR: Ana Paula da Costa Soares
* Omitido em 04/07/2023